

POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE DAS BARREIRAS NA INCLUSÃO DE IDOSOS NO BRASIL

Victor Gabriel Costa Campos de Azevedo Nery ¹

Vanessa Lima de Nascimento ²

Mayara dos Santos Camêlo Moreira ³

Fabiana Medeiros de Brito ⁴

INTRODUÇÃO

No Brasil, o fenômeno da transição demográfica conduziu a uma inversão da pirâmide etária, evidenciando um aumento da população idosa devido ao prolongamento da expectativa de vida. Isso demandou a formulação de políticas públicas destinadas a essa faixa etária, porém, apesar dos avanços, a participação efetiva dos idosos na sociedade ainda é limitada.

Assim, uma revisão integrativa foi conduzida por meio de uma busca nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), selecionando 7 produções científicas - 4 artigos, 2 dissertações e 1 tese -, utilizando os descritores: “Políticas Públicas”, “Pessoa Idosa” e “Participação Social”.

Os resultados revelaram que os documentos que versam sobre essa temática inclui a Lei 8.080/90, a Lei 8.142/90, a Política Nacional do Idoso (1994), o Estatuto do Idoso (2003), o Pacto pela Saúde (2006) e a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (2006). Além disso, verificou-se que as entidades civis, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDI) e o Ministério da Saúde desempenham um papel importante na defesa dos direitos dos idosos e na promoção do seu bem-estar.

Entretanto, os estudos indicam que há insatisfação e críticas quanto à aplicação da legislação à realidade vivida pelos idosos. A falta de familiaridade com as políticas públicas e

¹ Graduando do Curso de Medicina da Afya Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba - PB, victorneryc@gmail.com;

² Graduada pelo Curso de Farmácia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, medvanessalima@gmail.com;

³ Mestre em Modelos de Decisão em Saúde pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, mayaracamelomed11@gmail.com;

⁴ Doutora pelo Curso de Enfermagem pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, fabianabrito@hotmail.com;

direitos, juntamente com a ausência de voz ativa dos idosos em questões de interesse, são desafios significativos. Além disso, a visão socialmente arraigada de incapacidade na terceira idade e a desvalorização do envelhecimento exacerbam esses problemas.

Conclui-se que é fundamental a participação ativa e efetiva dos idosos em instâncias políticas, fóruns, associações e espaços sociais diversos. Isso requer uma transformação na percepção do envelhecimento, reconhecendo os idosos como contribuintes sociais produtivos e enriquecedores.

Assim, o objetivo desta revisão integrativa é fornecer uma visão abrangente das políticas públicas voltadas para a inclusão e participação social dos idosos, bem como entender as dificuldades desse sistema vigente.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O presente estudo trata-se de uma Revisão Integrativa de Literatura. Realizada nas seguintes etapas: elaboração da pergunta norteadora; busca na literatura; coleta de dados mediante critérios de inclusão e exclusão; análise crítica dos estudos incluídos; discussão dos resultados e apresentação da revisão integrativa. A partir desses passos definiu-se as seguintes perguntas norteadoras: “Quais as políticas públicas garantem a participação social dos idosos? Como ocorre a participação social dos idosos e quais as dificuldades encontradas?”

A busca dos dados foi realizada em agosto de 2023, na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), cujos Descritores em Ciências da Saúde (Decs) delimitados para responder à questão foram: “Políticas públicas”, “pessoa idosa” e “participação social”, a seguir, procedeu-se à busca dos artigos, utilizando-se os descritores ligados pelo conectivo AND.

Os critérios de inclusão adotados para a seleção dos artigos foram os seguintes: publicações com texto completo, escritos na língua portuguesa e inglesa, publicados nos últimos 5 anos, abordando políticas públicas da pessoa idosa e participação social dos idosos. Foram excluídos estudos que não atenderam a questão norteadora e aos critérios de inclusão mencionados.

A partir da pesquisa nas bases de dados, obtiveram-se previamente 48 artigos, utilizando os descritores. Em seguida, foi feita a leitura minuciosa de cada título, resumo e artigo na íntegra, para selecionar os estudos que se relacionavam com o objetivo do estudo. Após a leitura, a amostra final foi composta por 7 artigos, a análise do material buscou caracterizar as produções levando em consideração os achados por combinação de descritores, local de publicação, ano e abordagens que, por sua vez, deram origem à construção de duas categorias: Políticas públicas e Participação Social.

REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de transição demográfica emergiu da interconexão entre o crescimento populacional e o avanço socioeconômico dos países. Nesse contexto, no Brasil hodierno, o fenômeno de transição demográfica desencadeou uma inversão da pirâmide etária, durante o século XXI, isto é, possibilitou o aumento da expectativa de vida no país, o que por sua vez resultou em um notável crescimento da população idosa no Brasil (BRITO, 2007).

Diante desse cenário, o aumento significativo da população idosa tem implicações profundas. O processo natural de envelhecimento demanda uma abordagem abrangente, englobando não apenas o indivíduo que está envelhecendo, mas também a sociedade e as autoridades governamentais. Por isso, tornou-se fundamental a formulação de políticas públicas voltadas para a terceira idade, por parte das instituições (OLIVEIRA, 2019).

Um exemplo notável é a criação da Política Nacional do Idoso, que tem por objetivo assegurar os direitos sociais dos idosos, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva da sociedade (BRASIL, 1994). Além disso, é importante destacar a implementação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), também objeto desse estudo, a qual representa um documento central na proteção e garantia dos direitos das pessoas idosas em todo o país, retratando o mais recente e abrangente amparo legal nesse contexto (BRASIL, 2006).

A PNSPI promove a ideia de cuidado integral, incentivando um envelhecimento ativo e a manutenção da independência funcional. Portanto, a importância dessas políticas transcende

a simples consideração de envelhecimento como um fenômeno demográfico; elas se estendem à construção de uma sociedade mais inclusiva, equitativa e resiliente (OLIVEIRA, 2021).

Outrossim, é válido ressaltar a criação de entidades civis e conselhos participativos na tentativa de garantir a inclusão dos idosos no corpo social. No território brasileiro, no ano de 2002, instituiu-se o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDI), o qual promove a participação ativa da sociedade civil e de organizações não governamentais relacionadas aos idosos. Assim, o CNDI busca envolver e ouvir as vozes das pessoas idosas e das entidades que as representam na formulação de políticas e na tomada de decisões (SOUZA; MACHADO, 2018).

Contudo, apesar dos avanços conquistados, a efetiva participação dos idosos ainda se revela restrita na prática. Destaca-se a carência de supervisão e conhecimento adequado das Políticas Nacionais do Idoso (PNI e PNSPI), bem como relatos que apontam problemáticas no funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDI). A intersectorialidade também é um fator que deve ser levado em consideração, pois a articulação entre as diferentes áreas é relevante para a construção de uma rede integrada de proteção aos idosos (SOUZA; MACHADO, 2018).

Nesse contexto, torna-se evidente a necessidade de ampliação na divulgação dessas políticas, bem como o protagonismo dos idosos na participação social. A expansão do conhecimento acerca das políticas públicas para os idosos não só informa essa parcela significativa sobre os benefícios e serviços disponíveis, mas também destaca a importância que a sociedade atribui ao envelhecimento digno e saudável (ANDRADE et al., 2013).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre as 7 publicações selecionadas para esse estudo, quatro foram artigos científicos, duas teses de doutorado e uma dissertação de mestrado. Ao considerar a divisão categórica, verificou-se que duas publicações se enquadraram em ambas as categorias, enquanto que quatro abordaram apenas o tema participação social dos idosos e um artigo tratou somente das políticas públicas para pessoa idosa.

Em relação aos tipos de estudo encontrados, duas publicações foram pesquisas documentais, duas estudos qualitativos, uma tese de doutorado tinha abordagem quantitativa e qualitativa e um artigo foi do tipo relato de caso.

Ao considerar as abordagens das publicações, os principais objetivos dos estudos enquadrados nas duas categorias foram: analisar a atuação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDI) de 2002 a 2016, descrever a configuração institucional do CNDI e caracterizar a sua atuação na proposição de estratégias de implementação e no acompanhamento da Política Nacional do Idoso (PNI) e do Estatuto do Idoso no país.

Em se tratando da categoria participação social as publicações abordaram à experiência na formação de lideranças idosas, o desenvolvimento de um modelo de cuidado a partir do protagonismo sociopolítico da pessoa idosa na Atenção Primária à Saúde e a análise de discursos relacionados à autonomia e a vida social da pessoa idosa no cotidiano de uma Instituição de Longa Permanência.

Enquanto que a proposta da publicação que se enquadrou apenas na categoria políticas públicas foi compreender os aspectos ideológicos que determinam a construção social da pessoa idosa nas políticas públicas no Brasil.

Em relação aos documentos que versam sobre as políticas públicas para os idosos no Brasil, as publicações selecionadas incluíram a Lei 8.080/90, a Lei 8.142/90, a Política Nacional do Idoso (1994), o Estatuto do Idoso (2003), o Pacto pela Saúde (2006) e a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (2006). Além disso, verificou-se que as entidades civis, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDI) e o Ministério da Saúde desempenham um papel importante na defesa dos direitos dos idosos e na promoção do seu bem-estar.

Quanto aos aspectos relacionados às dificuldades e as barreiras encontradas pelos idosos para participação popular, os estudos indicam que há insatisfação e críticas quanto à aplicação da legislação à realidade vivida pelos idosos. A falta de familiaridade com as políticas públicas e direitos, juntamente com a ausência de voz ativa dos idosos em questões de interesse, são apontados como desafios significativos.

Esses achados corroboram com o estudo de Oliveira (2022) que afirma que a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso garantem os direitos e a proteção dos idosos, porém, apresentam ações pontuais e fragmentadas. Além disso, percebe-se pouca participação da terceira idade nos espaços políticos.

Adicionalmente, os estudos selecionados evidenciaram o pensamento de exclusão e segregação dos idosos, bem como, a visão distorcida e a desvalorização do envelhecimento na sociedade. Nesse sentido, Andrade (2013) reitera que o envelhecimento no Brasil envolve profundas adaptações enraizadas em preconceitos culturais, desigualdades socioeconômicas e educacionais, bem como a implementação de políticas públicas de cunho assistencial. Esses fatores contribuem para que os idosos possuam uma rede social limitada, enfrentando dessa forma uma carência de apoio emocional, informativo e instrumental (BEZERRA, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, conclui-se que é necessário ampliar a participação ativa e efetiva dos idosos em diferentes esferas da sociedade emerge como uma demanda crucial em consonância com os princípios fundamentais de justiça social e reconhecimento do papel valioso desempenhado por essa parcela da população.

A mudança de paradigma requer uma conscientização coletiva sobre o potencial produtivo dos idosos, destacando seu papel como contribuintes ativos para o desenvolvimento social. Essa conscientização não apenas desafia estereótipos prejudiciais associados ao envelhecimento, mas também ressalta a importância de garantir que os idosos sejam incluídos de maneira significativa em processos decisórios e em iniciativas que moldam o futuro da comunidade.

Além disso, ao reconhecer os idosos como participantes ativos, abre-se espaço para a promoção da diversidade geracional. A interação entre diferentes faixas etárias não só contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa, mas também propicia a transmissão de conhecimentos intergeracionais, fortalecendo os laços sociais e enriquecendo a compreensão mútua entre as gerações.

Assim, a ampliação da participação dos idosos não é apenas um imperativo moral, mas também uma estratégia sensata para construir uma sociedade mais resiliente, diversificada e harmoniosa. Este movimento em direção à valorização e integração efetiva dos idosos nas diversas esferas sociais promove um envelhecimento digno, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a promoção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Participação Social, Idosos.

REFERÊNCIAS

1. ANDRADE, L. M. et. al. Políticas Públicas para pessoas idosas no Brasil: uma revisão integrativa. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 18, n. 12, 2013.
2. BEZERRA, P. A.; NUNES, J. W.; MOURA, L. B. A. Envelhecimento e isolamento social: uma revisão integrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 34, 2021.
3. BRITO, F. **A transição demográfica no Brasil: as possibilidades e os desafios para a economia e a sociedade**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2017.
4. COSTA, T. B.; NERI, A. L. Fatores associados às atividades física e social em amostra de idosos brasileiros: dados do Estudo FIBRA. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 22, 2019.
5. FERRER, M. L. P. **Barreiras ambientais e políticas públicas: possibilidades para o Aging in place?** Tese de doutorado. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, Programa de Pós Graduação em Saúde Pública, São Paulo, 2018.
6. FURTADO, I. Q. C. G. **Constituição do discurso da autonomia no cotidiano de uma instituição de longa permanência para idosos**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Enfermagem,
7. NOGUEIRA, I. R. R. et. al. Formação de lideranças idosas: uma estratégia para fortalecimento do protagonismo e da participação social. **Estud. interdiscipl. envelhec.**, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 329-344, 2020.
8. OLIVEIRA, A. S. Transição demográfica, transição epidemiológica e envelhecimento populacional no Brasil. Hygeia - **Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, v. 15, n. 32, p. 69-79, 1 nov. 2019.
9. OLIVEIRA, W. I. F. **Modelo conceitual de cuidado a partir do protagonismo sociopolítico do idoso na atenção primária à saúde**. Tese de Doutorado em Saúde Coletiva.



Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Natal, 2022.

10. OLIVEIRA, W. I. F.; SALVADOR, P. T. C. O.; LIMA, K. C. Aspectos determinantes para construção social da pessoa idosa a partir das políticas públicas no Brasil. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.32, n.2, 2023.

11. SOUZA, M. S.; MACHADO, C. V. Governança, intersetorialidade e participação social na política pública: o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 10, p. 3189-3200, 2018.